AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Data: 17/11/2026.

AVISO DE INTENÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026

Com base no §2º do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021

O município de Iraí – RS com sede na Rua Vazulmiro Dutra, 161, centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, VOLMIR JOSE BIELSKI torna público que tem interesse na AQUISIÇÃO DE GAZEBO (TENDA MÓVEL) CONFORME EMENDA DE BANCADA Nº001/2025.

Limite para apresentação da Proposta de Preços: 19 de novembro de 2026 às 17hs.

O Termo de referência da contratação encontra-se disponível nos anexos desta Publicação. A proposta deverá ser entregue no Setor de Compras e Licitações sito Rua Vazulmiro Dutra, 161, centro ou pelo e-mail: licitacao@irai.rs.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026

Município de IRAÍ-RS

Setor de Licitações

A contratação deverá ser realizada por meio de Contratação Direta, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras; (vide Decreto nº 11.317, de 2022).

1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE GAZEBO (TENDA MÓVEL) CONFORME EMENDA DE BANCADA Nº001/2025.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MERCADORIA	Unid.	Quant.	Valor. Unit.	Valor Total
1	**Gazebo (tenda móvel)** medindo 4 metros x 4 metros, em estrutura metálica, cobertura em lona emborrachada e sistema sanfonado de abertura/fechamento.	**Unid.**	8	**R$ 1.270,00**	R$ 10.160,00
			VALOR TOTAL		**R$ 10.160,00**

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem como objetivo a aquisição de gazebos (tenda móvel) conforme emenda Impositiva de bancada nº001/2025. A referida aquisição foi objeto de processo licitatório anteriormente realizado pela Administração Municipal, entretanto, a empresa declarada vencedora do certame não efetuou a entrega dos produtos, impossibilitando o atendimento da demanda administrativa e comprometendo a execução da referida emenda impositiva. Considerando que a necessidade que motivou a abertura do processo licitatório permanece existente, torna-se indispensável a adoção de novas providências administrativas visando à efetiva aquisição dos equipamentos.

Os gazebos destinam-se a proporcionar infraestrutura adequada para a realização de eventos, atividades comunitárias, ações instituicionais e demais atividades de interesse público, oferecendo proteção contra interpéries e melhores condições de organização, segurança e conforto aos seus usuários, observada a finalidade estabelecida na respectiva emenda impositiva.

Ressalta-se que a necessidade de nova aquisição decorre do não cumprimento da

obrigação de entrega por parte da empresa vencedora do processo licitatório anterior, não se tratando de duplicidade de aquisição ou ampliação do objeto inicialmente previsto, mas do atendimento de uma demanda anteriormente planejada e ainda não satisfeita.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3.1. A presente contratação tem fundamento neste termo.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
4.1. O valor contratado encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, conforme pesquisa de preço.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. A despesa decorrente desta solicitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO
7.1. O critério de julgamento estabelecido para esse certame será de menor preço por item.

8. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
O local de entrega será na Prefeitura Municipal de Iraí-RS.

9. DO RECEBIMENTO
9.1. O recebimento será por servidor da Prefeitura Municipal.

10. DO PAGAMENTO
10.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 10 (dez) dias da data de apresentação dos documentos de cobrança, desde que efetuada a entrega do objeto contratado tenha sido executada/entregue, atestada e aprovada pelo CONTRATANTE;

10.2. O pagamento ocorrerá após o recebimento dos produtos constantes nesse termo de referência.

10.3. Em caso da não entrega, a fiscalização notificará a CONTRATADA, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todo o objeto contratado.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado

até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

11 DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

11.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

11.2 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF); Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.2. REGULARIDADE FISCAL:

11.2.1. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

11.2.2. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).

11.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

11.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

11.2.5. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

11.3. REGULARIDADE TRABALHISTA:

11.3.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.4. **DECLARAÇÃO, ASSINADA POR REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE, DE QUE:**

11.4.1. A empresa atende ao disposto no Art. 7°, inciso XXXIII da Constituição Federal

(Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo anexo;

11.4.2. **Declaração** na qualidade de licitante do procedimento licitatório, que **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

12. OBSERVAÇÃO: A Documentação somente será exigida do fornecedor com menor valor na Dispensa de Licitação.

Iraí, 17 de novembro de 2026.

VOLMIR JOSE BIELSKI
PREFEITO MUNICIPAL